



Arco do Cego e Imprensa Régia (Lisboa e Rio de Janeiro): sobre rupturas e continuidades na implantação da imprensa no Brasil¹

Aníbal Bragança²

Universidade Federal Fluminense; CNPq

Resumo: A vinda da Família Real para a colônia brasileira fez do Rio de Janeiro capital do Império Português e com isso foi imprescindível a criação da imprensa na América Portuguesa, o que se fez pouco após sua chegada ao Novo Mundo, por decisão do Príncipe Regente D. João, em 13 de maio de 1808. A historiografia tem visto esse fato, muitas vezes, como algo quase fortuito. Entretanto, a criação da Imprensa Régia do Rio de Janeiro está articulada a políticas e ações anteriores, no campo editorial, na Corte, em Lisboa, especialmente à criação da Oficina Literária do Arco do Cego (1799-1801) e à Imprensa Régia de Lisboa, onde pontificou a atuação do botânico, de origem brasileira, Frei José Mariano da Conceição Veloso, sob a proteção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Este artigo busca apontar, preliminarmente, os indícios de rupturas e continuidades na trajetória que possibilitou a criação da Imprensa Régia do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Brasil: história do livro; Imprensa Régia do Rio de Janeiro; Oficina Literária do Arco do Cego; D. Rodrigo de Sousa Coutinho; Frei José Mariano da Conceição Veloso.

*

*Este trabalho é dedicado à notável biblioteca do
Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro
e a seus funcionários*

São muito deficientes os trabalhos até hoje publicados relativamente à
fundação da imprensa no Brasil e bem assim quanto aos antecedentes desse fato.
Ernesto Sena [c. 1908]

Introdução

Quando se comemoram, em 2008, dois séculos da implantação definitiva da tipografia no Brasil, este artigo busca apontar, preliminarmente, os indícios de possíveis rupturas e continuidades no processo que, tardiamente, possibilitou a criação da Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Tal proposta, inserida em projeto maior, em andamento, financiado com bolsa de produtividade do CNPq, visa ir além e questionar certa historiografia que vê a criação da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, em 1808, como um fato isolado e

¹ Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Produção Editorial do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-graduação em Comunicação.

Pesquisador do CNPq. E-mail: anibalbraganca@gmail.com

Blog: Ler, escrever e contar <http://ler-e-escrever.blogspot.com>



até mesmo como decorrente de fato acidental, desconhecendo assim a tessitura do contexto histórico que a possibilitou assim como seus antecedentes diretos.

A criação da Imprensa Régia e a historiografia

O historiador Alfredo de Carvalho, em seu texto “Gênese e progressos da imprensa periodica no Brazil”, de 1908, assim se refere à criação da Imprensa Régia:

A transmigração forçada da corte portugueza para o Brazil veiu, emfim, attenuar os rigores deste systema odiento e instituir definitivamente a imprensa nesta parte da America. O decreto de 13 de maio de 1808, creando no Rio de Janeiro a *Impressão Regia*, assignala a data do seu estabelecimento permanente no nosso paiz. *A sua criação dependeu de uma circumstancia assás fortuita* [grifo nosso]. Quando se operou a mudança da familia real para o Brazil, Antonio de Araujo de Azevedo, depois Conde da Barca, trouxe na nau *Meduza* alguns volumes de materiaes typographicos que existiam na Secretaria dos Negocios da Guerra e Estrangeiros em Lisboa. Desta circumstancia o Principe Regente e o ministro Souza Coutinho tiraram o melhor partido, fundando aquella utilissima repartição. In CARVALHO, 1908: 23-24.

Ao refutar a notícia dada por Hipólito José da Costa no *Correio Braziliense*:

Saiba pois o mundo e a posteridade que no ano de 1808, da era Christã, mandou o Governo Português, no Brasil, buscar a Inglaterra uma impressão, com os seus apêndulos necessários; e a remessa que daqui se lhe fez importou em cem libras esterlinas! Contudo, diz-se que se aumentará este estabelecimento, tanto mais necessário quanto o Governo ali nem pode imprimir as suas ordens para lhes dar suficiente publicidade. (LIMA SOBRINHO, 1977: 21)

o historiador Carlos Rizzini registra:

O material gráfico não fora, como disse Hipólito, adrede comprado para a oficina do Rio. Adquirira-o, e não tivera tempo de montá-lo em Lisboa, a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, e *viera parar na Colônia sem ciência do governo* (grifo meu). Foi António de Araújo, o futuro conde da Barca, então titular daquele Ministério, quem, na precipitação da fuga, lembrou-se de trazê-lo consigo no porão da “Medusa” e, chegando ao Rio, mandou instalá-lo nos baixos da sua residência, na Rua dos Barbonos. (RIZZINI, 1988: 316-7)

Não se apercebe Rizzini que a decisão de um Ministro é medida governamental. E que o texto do decreto, acima de tudo, afirma que a referida tipografia não mais seria apenas do Ministério e sim, passaria a ser, interinamente, a Imprensa Régia, embora ainda sob a administração da mesma Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para a qual tinha sido nomeado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, com a exoneração do então titular António de Araújo de Azevedo. Sobre ter sido a tipografia comprada pelo governo na Inglaterra *para ser instalada no Brasil*, como afirma Hipólito da Costa,



parece inverossímil, pois mesmo tendo sido prevista, a mudança da Corte não foi tão premeditada.

José Veríssimo, em seu estudo pioneiro sobre “A Imprensa” publicado no *Livro do Centenário – 1500-1900*, afirma que

pouco antes da saída da corte de Lisboa, fugindo á invasão franceza de 1807, tinha aquelle governo mandado buscar a Londres prelos e typos para uma imprensa destinado ao serviço dos ministérios dos negócios estrangeiros e da guerra. Quando a dynastia abalou, com o governo e a corte, aquelle material, chegado ha pouco, não tinha sido ainda desencaixotado, e Antonio de Araújo de Azevedo, depois conde da Barca, o trouxe comsigo, em a nau *Meduza*, da esquadra em que se operou aquelle singular êxodo. (VERÍSSIMO de MATTOS, 1900: 32)

O bibliógrafo Rubens Borba de Moraes (1993: XVII) afirma que “era uma tipografia completa encomendada na Inglaterra por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares³, para servir a sua Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Não tendo sido usada, encontrava-se ainda encaixotada na ocasião do embarque para o Rio de Janeiro”. Entretanto, nenhuma das referências acerca da procedência inglesa, de aquisição recente, da tipografia apresenta fontes que a comprovem. Como se verá, a mesma nau *Meduza*, aonde viajou para o Brasil o ministro António de Araújo Azevedo, trouxe a sua biblioteca, composta de milhares de volumes, e o seu gabinete de História Natural, indiscutivelmente mais demorados e trabalhosos de organizar, embalar e embarcar que os prelos e tipos da tipografia⁴.

O historiador Nelson Werneck Sodré, seguindo Veríssimo, assim refere, em seu clássico *História da Imprensa no Brasil*, de 1966, à criação da Impressão Régia no Rio de Janeiro:

A imprensa surgiria, finalmente, no Brasil (...) com o advento da Corte de D. João. Antônio de Araújo, futuro conde da Barca, na confusão da fuga, mandara colocar no porão da *Medusa* o material gráfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, de que era titular, e que não chegara a ser montado. Aportando ao Brasil, mandou

³ Também a historiadora Lúcia Bastos Pereira das Neves, no verbete “Impressão Régia” do *Dicionário do Brasil Imperial*, comete o mesmo equívoco. O titular da secretaria de Estado referida, antes da partida para o Brasil, era António de Araújo Azevedo, futuro conde da Barca.

⁴ Dois rudimentares prelos e 28 caixas de tipos, segundo informa o histórico da Imprensa Nacional em <http://portal.in.gov.br/imprensa/menu/a-imprensa-nacional>

instala-lo nos baixos de sua casa, à rua dos Barbonos⁵.(SODRÉ, 1966: 22)

O bibliotecário e historiador inglês Laurence Hallewell registra:

A inauguração oficial do novo prelo aconteceu em 13 de maio de 1808, dia do aniversário do Príncipe Regente, com a publicação de um folheto de 27 páginas, com 295 mm de altura, em tipos equivalentes a 14 pontos: *Relação dos despachos publicados na corte...*

A Carta Régia que o acompanhava (...) transmite a impressão de que o ministro do Exterior, que havia tido a providência de trazer prelo para uso do seu próprio ministério, viu seu imprevidente soberano apropriar-se do equipamento. Alexandre Passos julga, ao contrário, que a proclamação foi idéia de Araújo Azevedo, que pode explicar o fato de o “governo e administração” da oficina terem continuado sob a competência exclusiva deste ministro. Mas a gerência técnica e prática cabia, sem dúvida, ao irmão Conceição Veloso⁶. (HALLEWELL, 2005: 110)

O texto do decreto de criação da Impressão Régia⁷ que tem permitido leituras “especulativas” está assim construído:

Tendo-Me constado, que os Prélos, que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra, e Attendendo á necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou servido, que a Caza, onde elles se estabelecêrão, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação, e Papeis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço; e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo, e administração á mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conselho de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra o tenha assim entendido, e procurara dar ao emprego da Officina a maior extensão, e

⁵ A Impressão Régia foi inaugurada no pavimento térreo da casa nº 44, na Rua do Passeio, no Rio de Janeiro, residência do Conde da Barca. Mais tarde foi transferida para a Rua dos Barbonos, atualmente Evaristo da Veiga, esquina da Rua das Marrecas. Dali, voltou para a Rua do Passeio, em 1809. Depois foi transferida para a Academia de Belas Artes e, a seguir, para o prédio da Cadeia Velha. Depois para o prédio especialmente construído para abrigar a na Rua 13 de maio, à época chamada Rua Velha Guarda, onde ficou até 1940. Em 15 de setembro de 1911, um grande incêndio destruiu a maior parte das suas instalações, arquivos de documentos, publicações raras e o preciosíssimo acervo de sua biblioteca. Em 27 de dezembro de 1940, mudou-se para um novo prédio, na Avenida Rodrigues Alves. Foi a última sede no Rio de Janeiro, antes de ser transferida para Brasília, a nova capital do país, em 1960. Fonte: <http://portal.in.gov.br/imprensa/menu/a-imprensa-nacional>

⁶ Chega a surpreender que Hallewell, autor de estudo fundamental da história editorial brasileira, cometa tantas imprecisões e equívocos em simples registro: a) o ministro que ficou responsável pela Impressão Régia foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho, certamente o responsável pelo decreto; b) não há registro de que Frei José Mariano da Conceição Veloso trabalhou na Impressão Régia do Rio de Janeiro e o autor não dá a fonte de sua (des)informação; c) Alexandre Passos, 1952, não afirma o que lhe é atribuído. E, ainda, as qualificações de “previdente” e “imprevidente” parecem-nos não só impróprias como impertinentes.

⁷ Ver: Reprodução em fac-símile no livro BERGER, Paulo. *A tipografia no Rio de Janeiro – Impressores bibliográficos, 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984, p. VIII. Acessível em Ler, escrever e contar: <http://ler-e-escrever.blogspot.com> .



lhe dará todas as Instruções, e Ordens necessarias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao Meu Real Serviço. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Maio de mil oitocentos e oito.

Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE, N. S.
Regist.
Na Impressão Regia.

Tal decisão foi festejada pelo cronista Luiz Gonçalves dos Santos, conhecido como Padre Perereca:

O Brasil até ao feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era tipografia: foi necessário que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como o refulgente sol, viesse vivificar este país, não só quanto à sua agricultura, comércio, e indústria, mas também quanto às artes, e ciências, dissipando as trevas da ignorância, cujas negras, e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil, e interceptavam as luzes da sabedoria.

Assim, por decreto datado deste mesmo dia dos seus felizes anos, Sua Alteza Real foi servido mandar que se estabelecesse nesta Corte a Impressão Régia, para nela se imprimirem exclusivamente toda a legislação, e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do real serviço, e também todas, e quaisquer obras, concedendo a faculdade aos seus administradores para admitirem aprendizes de compositor, impressor, batedor, abridor, e demais ofícios que lhe sejam pertencentes. Este máximo benefício, que Sua Alteza Real outorgou ao Rio de Janeiro, é bem de esperar que se comunique à Bahia, e também às capitais das principais províncias do Brasil, visto o sistema liberal que o mesmo augusto senhor tem adotado a favor dos seus vassallos desta parte dos seus domínios, e que se imprimam na América Portuguesa obras muito interessantes, que, ou já compostas, jazem na poeira do esquecimento, e do desprezo, ou que para o futuro se hajam de compor, facilitados os meios de se darem à luz pelo prelo. (SANTOS, 1981 [1825]: 207)

E também aplaudida por Hipólito da Costa⁸:

O Decreto, (,,), não pode deixar de infundir um grande prazer, em todos os homens bem intencionados e amigos da humanidade, principalmente quando se vê pela Notícia ou Aviso ao público, que copiei juntamente, que as palavras daquele Decreto não são de mera hipocrisia, mas que sinceramente se intenta por em prática o estabelecimento da Imprensa no Brasil.

Nenhuns elogios que eu pudesse fazer ao Ministro que favorece e protege estas idéias seriam iguais à satisfação interna, que todos devem sentir, vendo estes esforços para promover a felicidade dos braziliense, mas pede a justiça que declare a minha opinião a este respeito e é, que enquanto o Príncipe Regente de Portugal adornar os lados de seu trono com homens tão beneméritos como D. Rodrigo de Souza Coutinho, pode estar seguro, que o seu nome será estimado pelos estrangeiros e respeitado pelos nacionais.

⁸ *Correio Braziliense*, vol. I, p. 57-520, novembro de 1808, in LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro ; Brasília: Cátedra; MEC/INL, 1977, p. 27-28

A opinião que o escritor deste parágrafo fazia deste Ministro, enquanto viveu em Portugal, é a mesma, que acha aqui confirmada, por todos os homens imparciais, que estão informados dos negócios de Portugal, isto é, que S.A.R. não tem em seu serviço nenhum Ministro, nem mais inteligente, nem mais desinteressado do que D. Rodrigo e de seu patriotismo não quero outra prova, senão o Decreto que acabei de transcrever.

Ainda que as vantagens que resultam à Nação da liberdade da imprensa sejam manifestas, com tudo como escrevo para um país, onde ela até aqui se não tem gozado, trabalharei um pouco para elucidar a matéria, o que porém não pode ser já e me limitarei neste artigo a fazer ver simplesmente o interesse que nisso tem o Soberano, individualmente falando, para que se veja que, se D. Rodrigo favorece, como eu suponho, a introdução da imprensa, mostra com isso a sua lealdade e amor de seu Soberano.

Frei Veloso e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, um encontro fecundo

Frei José Mariano da Conceição Veloso nasceu em São José del Rei, comarca de Rio das Mortes, hoje Tiradentes, Minas Gerais, em 1742. Tornou-se franciscano no convento de S. Boaventura em Macacú (hoje área do município de Itaboraí – RJ), em 1761. Professou em 1762 e em 1766 foi ordenado no convento de Santo António, no Rio de Janeiro. Em 1771 era docente de Geometria no convento de S. Paulo onde recebeu o título de confessor. Posteriormente deu lições de História Natural no convento de Santo António. Começou desde cedo a dedicar-se aos estudos de Botânica, tendo transformado a sua cela, no convento, num museu e herbário. Em 1779 foi eleito lente de retórica do convento de S. Paulo⁹.

Em 1783, a convite do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, iniciou, oficialmente, seus trabalhos como naturalista. Durante oito anos, em sua *Expedição Botânica*, fez várias viagens pela província fluminense, a primeira que se realizou no sul do país, coincidindo com a *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783 e 1792), destinada à observação da terra, do homem, de flora e fauna das capitanias do norte. Mesmo sem contar com os recursos daquela, a empresa de Frei Veloso chegou a contar com mais de 40 pessoas (a metade composta de escravos), tendo como colaboradores principais o Frei Francisco Solano, que desenhava as espécies, e Frei Anastácio de Santa Inês, que escrevia as definições científicas. No grupo havia também 13 militares, dos quais quatro eram *desenhadores*¹⁰.

⁹ VELLOZO, 1999

¹⁰ DAMASCENO, 1999, p. 19-33

Após oito anos de trabalhos, em 1790, com os originais da obra *Florae Fluminensis* concluídos, foi convidado e aceitou acompanhar Luís de Vasconcelos e Sousa, que retornava à Corte. Leva, além dos originais, vasto material museológico contido em “70 caixões” para o Real Museu e Jardim da Ajuda. Nos primeiros anos de permanência em Lisboa trabalhou nessa instituição e na Academia Real das Ciências de Lisboa, “com as operações museográficas de estudo e classificação de espécies naturais, especializando-se em Ictiologia – domínio no qual utilizava um método taxidérmico inovador – sem deixar de se preocupar com a missão primordial da sua presença na Corte, o aperfeiçoamento e publicação da *Florae Fluminensis*”¹¹.

Rodrigo de Sousa Coutinho nasceu em Chaves, norte de Portugal, em 1755, de família aristocrática, afilhado do Marquês de Pombal. Coursou o Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra, iniciando sua carreira diplomática em 1777, como ministro plenipotenciário em Turim, onde ficou por quase 20 anos, tendo aproveitado para desenvolver-se, intelectualmente e cientificamente, em contato com os grandes centros europeus e onde pôde perceber as correntes e os movimentos das forças sociais e políticas em atuação no seu tempo. Depois de ter produzido várias memórias, foi convidado pelo Príncipe Regente D. João, para ocupar o cargo de ministro e secretário de Estado da Marinha e Ultramar, regressando a Portugal para tomar posse, em 7 de setembro de 1796.

Vivia-se um período, no campo político, considerado de “grande agitação, sem precedentes”¹², tanto internacionalmente quanto em Portugal. Aqui, começaram a delinear-se, no interior do governo, o que viriam a ser considerados os “partidos” inglês (ou “pombalista”) e francês (ou da “grande nobreza”), tendo como expoentes, respectivamente, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o marquês de Ponte de Lima, que, além de divergências ideológicas, inseriam-se diferentemente entre as duas maiores potências da Europa, no contexto do grande conflito internacional.

Nesse mesmo ano de 1796, em que D. Rodrigo assumia o Ministério, Frei Veloso, que continuava a receber as benesses reais, sendo comparado a Linneo e aos melhores

¹¹ BRIGOLA, 2003: 289ss

¹² PEDREIRA e COSTA, 2008: 83.



naturalistas europeus, faz publicar em Lisboa, na Officina Patriarchal, o periódico agrário *Paládio Portuguez e Clarim de Palas que annuncia periodicamente os novos descobrimentos e melhoramentos n'agricultura, artes, manufacturas, commercio, & offerecido aos senhores deputados da Real Junta do Commercio*.

O auspicioso encontro de D. Rodrigo e Frei Veloso, certamente ocorreu quando este se encontrava em grande desânimo por não conseguir publicar sua obra *Flora Fluminensis*, o que o levou a entrar em crise com a Academia de Ciências de Lisboa, da qual viria a ser excluído em 13 de janeiro de 1798. Segundo o pesquisador João Carlos Pires Brigola, não há dados que expliquem o desligamento de Frei Veloso da Academia Real de Ciências de Lisboa, pois “as próprias Actas não se referem ao episódio”. Sugere, no entanto, que tenha decorrido “do processo de impressão da sua obra botânica, que se arrastava desde o decreto real de 9 de julho de 1792, muito mais do que de qualquer desentendimento de carácter científico”¹³.

Convidado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que o acolheu em sua casa, Frei Veloso começa a colaborar nos projetos *iluministas* do ministro e secretário de Estado, desde 10 de agosto de 1797¹⁴. Um ano depois, já estarão sendo publicadas nos impressores habituais de Lisboa muitas brochuras, diretamente redigidas em português ou traduzidas principalmente do francês, de caráter pedagógico e prático, que tratavam, segundo o caso, da cultura de plantas e/ou a manufatura de produtos os mais diversos. Como afirmou Condorcet, ao se referir aos benefícios da invenção da tipografia. “as luzes se tornavam, de alguma maneira, um objeto de comércio”.

Destaca Silva (2006), “diferentemente das memórias científicas publicadas pela Academia Real das Ciências, que se endereçavam a uma elite, tratavam-se de brochuras de caráter prático e pedagógico, que se dirigiam a um público *médio* de pequenos proprietários, agricultores e artesãos”.

Ainda segundo a autora de *Portrait d'un homme d'État*, será certamente a questão dos custos que “levará D. Rodrigo a propor um projeto de grande envergadura no qual Fr.

¹³ Brigola, 2003: 291n

¹⁴ Cf. “Conta ao Il.m^o e Ex.mo. Sr. D. Rodrigo de Souza dos *Trabalhos velosianos*, de 10 de Agosto de 1797 a 1798 no Mesmo Dia em um Ano Mandados fazer por S. Ex.^{as}”, in LEME, 1999: 79.



José Mariano terá uma grande responsabilidade”: a criação de uma casa editorial, com um ateliê de gravura, onde se poderia receber e formar artistas; uma oficina de encadernação, uma oficina de fabricação de tipos etc. Dessa forma nasceu o estabelecimento complexo que recebeu o nome de Oficina da Casa Literária do Arco do Cego¹⁵.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho incumbiu Frei Veloso de “ajuntar e trasladar em português todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para melhoramento da sua economia rural e das fábricas que dela dependem, pelas quais ajudadas houvessem de sair do atraso e atonia em que actualmente estão e se pusessem ao nível com os das nações nossas vizinhas e rivais no mesmo continente, assim na quantidade como na qualidade dos seus generos e produções”, conforme está explanado no Prefácio do tomo 1, parte I de *O Fazendeiro do Brazil*¹⁶.

A função de editor-impressor desenvolvida por Frei José Mariano ficou bem delineada perante a comunidade científica, à qual recorreu para viabilizar o portentoso projeto. Chamou à participação a jovens diplomados na Universidade de Coimbra, a maioria deles nascida no Brasil, ou a personalidades reconhecidas em algum domínio científico, que formaram em torno dele um tipo de “constelação brasileira” ou, como definiu, Maria de Lourdes Viana Lyra, o “centro de arregimentação do saber” na estratégia da política reformista dirigida por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A partir daí foi desenvolvido enorme esforço para, a exemplo das ‘nações cultas e civilizadas’, dar conhecimento da “Nova Agricultura”, baseada nos princípios agronômicos decorrentes da Filosofia Natural setecentista.

Em todas as edições, como compilador, coordenador e tradutor ou prefaciador, nota-se a prioridade de Frei Veloso dada à divulgação, sob o lema “Sem livros não há instrução”¹⁷. Segundo Miguel Faria, a vertente lúdica do “instruir deleitando”, onde o recurso à imagem da “facilitação” e do “ornamento” constituíam, juntamente com a “linguagem de fácil entendimento”, duas “faces da mesma moeda, caracterizaram o padrão das edições do Arco do Cego”. Destaca, ainda, Faria que Veloso tinha a

¹⁵ Silva, 2006: 123

¹⁶ Impresso em 1798, na Régia Officina Typographica, de Lisboa.

¹⁷ VELLOZO, 1800a: IV.



“preocupação de fazer chegar ao maior número [de leitores] justificando as traduções “para que nada falte a estes homens uteis, que habitão os campos, e sustentão as Cidades”, conforme o Prefácio no livro *Tratado Histórico e Fysico das Abelhas*, de Francisco de Faria e Aragão, publicado no Arco do Cego, em 1800¹⁸.

O sucesso e o fim da Casa Literária do Arco do Cego

Apesar de sua breve existência, a Casa Literária do Arco do Cego, em seus 28 meses de funcionamento – de agosto de 1799 a dezembro de 1801 – publicou mais de oitenta títulos bibliográficos. Se a estes acrescentarmos os que, de alguma forma, têm participação de Frei Veloso, a soma irá a mais de 140 títulos, em período que irá retroceder de alguns anos, antes da criação do Arco do Cego.

Pode afirmar-se que o projeto editorial de Frei Veloso, no âmbito do projeto político de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, vai além do Arco do Cego. Sua atuação como editor terá começado com a publicação, em 1793, da obra *Alographia vegetal da potassa mineral ou soda e de seus nitratos...*, impressa na Oficina de Simão Tadeu Ferreira. Em 1795 ele encomendou na Oficina Patriarcal a 4ª. edição da *Arte da grammatica da língua do Brasil*, da autoria do padre Luís Figueira, bem como a primeira parte de um *Diccionario portuguez e brasiliano*, que saiu anônimo¹⁹. Em 1796 o já referido *Palladio Portuguez, e Clarim de Pallas...* Assim, até 1799, foi muito intensa a atividade de frei Veloso através das tipografias particulares e mesmo na Impressão Régia, de Lisboa.

A criação da Casa Literária do Arco do Cego foi, entretanto, um empreendimento que visou à auto-suficiência, ao abarcar várias funções ligadas às artes gráficas, a começar pela tipografia e incluindo uma oficina de calcografia, “provida de um corpo autônomo de gravadores, a que se juntou também uma oficina tipoplástica, onde se produziam seus próprios tipos e mesmo se vendiam a outras tipografias. Essa evolução se expressou nas diferentes e sucessivas denominações que a editora foi recebendo ao longo de sua breve existência: “Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego” em 1799, “Typographia Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego” e, 1800-1801 e,

¹⁸ Faria, 1999: 120

¹⁹ LEME, 1999: 78/9.

finalmente, a partir de fevereiro de 1801, “*Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego*”²⁰.

Segundo o historiador Artur Anselmo, “o estabelecimento de Frei Mariano Veloso teve uma actividade febril: bem equipado (...), beneficiou das vistas largas do ministro e da criatividade industrial do seu director”. Anselmo sintetiza: “Veloso tinha duas preocupações principais: mandar traduzir (sobretudo do francês) o que de melhor se publicava lá fora no campo da divulgação científica e abastecer o Brasil, seu país natal, de manuais de botânica, agricultura e actividades congêneres, desde a herborização de produtos tropicais (café, cacau, chá, tabaco) até à apicultura, aos lacticínios, à construção, à hidráulica e às experiências eléctricas, estas então uma novidade que fazia abrir de espanto a boca dos curiosos”²¹.

Parte da historiografia, especialmente em Portugal, pode não ter compreendido o fim da Casa Literária do Arco do Cego, buscando, inclusive, razões de gestão, baseadas quase sempre em fontes interessadas e, certamente, comprometidas, em desqualificar a grandeza do empreendimento de D. Rodrigo e Frei Veloso, o que se pode creditar em boa parte às disputas políticas e, mais ainda, à mágoa ou ao ressentimento, justo ou não, dos que ficaram e sofreram as agruras da ocupação do país, e suas dificuldades, diante da melhor sorte dos que conseguiram abrigar-se nas acolhedoras terras tropicais do Brasil, como foi o caso dos dois grandes responsáveis pelo êxito do Arco do Cego. Ademais, deve registrar-se que tais críticas foram feitas após terem falecido Veloso e Rodrigo, respectivamente, em 1811 e 1812.

Embora um trabalho de maior envergadura se deva debruçar detidamente sobre todas as fontes, de forma isenta, inclusive para dar respostas fundamentadas, o que não cabe neste breve trabalho, tudo nos indica que, de modo simples, se pode compreender o fim do Arco do Cego: esta editora atendia aos superiores interesses de difusão de ensinamentos técnicos, práticos e artísticos (especialmente de desenho e artes gráficas), de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e Frei Veloso, e a eles, como agentes públicos, estava ligada. Quando o ministro foi promovido a um lugar proeminente na estrutura de poder, o de Ministro de Negócios da Fazenda e presidente do Real Erário, passando

²⁰ Idem, *ibidem*: 80/81.

²¹ Anselmo, 1997: 110.



conseqüentemente a ser o dirigente superior da Imprensa Régia, será a ela, como instituição mais representativa do poder central e de maior alcance potencial, que o ministro irá favorecer.

Assim, pode compreender-se que logo após assumir as novas funções tenha empreendido uma ampla reforma da Imprensa Régia²², a qual enriqueceu, encerrando a antiga editora vinculada ao Ministério que não mais dirigia, e transferindo para lá todo o acervo material e simbólico, acumulado no intenso e extremamente produtivo período de sua existência. Por outro lado, ratificou sua confiança na atuação, a todos os níveis, e em vários momentos, de Frei Veloso, inclusive quando o nomeou um dos diretores literários da nova editora oficial, além de ter, por decreto, feito comprometer a nova instituição com a continuidade de todos os trabalhos antes desenvolvidos por ele na editora que se encerrou. Assim, parece-nos apontar o melhor caminho para a compreensão dessa mudança o historiador Ramada Curto, quando afirma que ela “corresponde a uma nova posição pessoal de Sousa Coutinho, a quem porventura deixa de interessar a manutenção da oficina enquanto instituição autônoma”²³. Para este historiador, o Arco do Cego, era um “empreendimento do regime”, mas onde D. Rodrigo de Sousa Coutinho “tinha intervenção pessoal e directa pelo interesse que votava aos territórios ultramarinos, nomeadamente ao Brasil. Este território era preocupação primeira dos ‘trabalhos literários’ do franciscano”²⁴. E, podemos acrescentar, a ambos se somava o interesse em promover o desenvolvimento material e espiritual dos povos da nação e do Império, em sintonia com as aspirações e as utopias possíveis naquela conjuntura extremamente difícil de Portugal.

Rupturas e continuidades, algumas veredas

Não durou muito a atuação benfazeja de D. Rodrigo de Sousa Coutinho na Imprensa Régia e, o que foi ainda pior, à frente do governo do Príncipe Regente D. João. Em agosto de 1803, por pressão do grupo dos alinhados com a posição dos franceses no concerto das forças em conflito na Europa, e muito mais, diretamente do próprio governo francês, a situação de D. Rodrigo no cargo ficou insustentável. Pedindo

²² Decreto de 7 de Dezembro de 1801. Fonte: *Gazeta de Lisboa*, 30/01/1802, segundo suplemento, conf. Nota de Rodolfo Garcia, em VARNHAGEN, 1956, t. V, p. 30-40.

²³ Curto, op. cit., 49.

²⁴ Idem, ibidem.



demissão, afastou-se e viveu um certo ostracismo durante os anos da talvez pior crise política de Portugal, quando foi obrigado a se confrontar com as potências em guerra que, secundariamente, estavam de olho no seu território estratégico e em suas então colônias, especialmente nas riquezas do Brasil. Apesar da ruptura e da crise, a Imprensa Régia deu certa continuidade a alguns projetos de edição do Arco do Cego.

Ao fim de mais quatro anos, finalmente, o Príncipe Regente decide seguir com a família real, o séquito, a corte e alguns escolhidos, para o Brasil, conforme vinha, muito tempo antes, apontando D. Rodrigo de Sousa Coutinho, como forma de preservar a nação e fortalecê-la, em projeto longamente sonhado de construir um império luso-brasileiro.

Ao chegar, é D. Rodrigo novamente chamado para ocupar o mesmo ministério que inicialmente ocupou no governo do Príncipe Regente, agora com o nome de Secretaria de Estado da Guerra e Estrangeiros. Uma de suas primeiras providências foi criar a Imprensa Régia do Rio de Janeiro, a 13 de maio de 1808, conforme se viu no início deste trabalho, utilizando a tipografia que, o anterior ocupante da pasta, seu desafeto, António de Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca, havia trazido, junto com sua imensa e valiosa biblioteca e sua coleção de história natural, na nau *Meduza* e, ao que se tem indicado, havia sido comprada na Inglaterra com o objetivo de também instalar, como havia feito D. Rodrigo, uma editora no ministério da Marinha e Ultramar, mas que não teria chegado a se implantar.

Mais que a retomada de D. Rodrigo, a Imprensa Régia do Rio de Janeiro beneficiou-se também dos artistas gráficos formados no Arco do Cego e que haviam sido cuidadosamente transferidos para a Imprensa Régia de Lisboa e que para aqui conseguiram vir, alguns inclusive por serem brasileiros de origem²⁵, acompanhando seu benfeitor Frei José Mariano da Conceição Veloso. Tais condições permitiram que o bibliógrafo Rubens Borba de Moraes afirmasse:

Sob o ponto de vista tipográfico, não há a menor dúvida que os impressores de hoje teria muito o que aprender, vendo os livros e folhetos da Imprensa Régia. Esses compositores anônimos vindos de Portugal, conheciam o *metier*. Eram mestres. Sabiam escolher tipos, paginar, compor uma página de rosto. Com poucos recursos obtinham efeitos admiráveis. Certas obras impressas nessa

²⁵ Ver, especialmente, FERREIRA, 1994.



época são obras-primas da tipografia. Nunca mais se fez coisa igual no Brasil. Quando se examina a produção da Imprensa Régia (de 1808 a 1822) não se pode deixar de ficar admirado com a qualidade dos livros e folhetos que publicou. Dos mil e tantos que saíram da nossa primeira tipografia, a grande maioria é de qualidade superior. Alguns livros são até obras-primas tipográfica²⁶.

Frei José Mariano da Conceição Veloso voltou de Portugal sem ter conseguido ver publicada sua *Florae Fluminensis*, o que só viria a acontecer, ainda parcialmente, por iniciativa de D. Pedro I. Como acima referimos, Frei Veloso faleceu em 1811 e D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1812. Ambos estão sepultados no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro.

Bibliografia:

A CASA LITERÁRIA DO ARCO DO CEGO (1799-1801). BICENTENÁRIO. “SEM LIVROS NÃO HÁ INSTRUÇÃO”. Org. de Fernanda Maria Guedes de Campos, Margarida Ortigão Ramos Paes Leme, Miguel F. Faria, Margarida Cunha e Manuela D. Domingos. Estudos de Diogo Ramada Curto, Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola, Margarida Ortigão Ramos Paes Leme, Manuela D. Domingos, Miguel F. Faria e Ana Paula Tudela. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na crise do Antigo Regime Português*. Lisboa: Afrontamento, s/d.

ANSELMO, Artur. “A fortuna editorial de Bocage” in *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997, p. 99-116.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus (Bahia): Editus – Edit. da UESC, 1999.

BERGER, Paulo. *A tipografia no Rio de Janeiro – Impressores bibliográficos, 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984

BORGMEIER, Thomaz. “Introdução – A História da “Flora Fluminensis””, in Arquivo Nacional. *Flora Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo, Documentos*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1961.

BOSCHI, Caio César. “Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego”, in in DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas. séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p.495-510.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Calouste Gulbenkian ; FCT, 2003.

CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

CARVALHO, Alfredo de. “Genese e progressos da imprensa periódica no Brasil”, in *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, 1908, Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908,

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. “Notícia histórica”, in *Oficina tipográfica calcográfica e literária do Arco do Cego, Lisboa. Estampas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976. Pp. 5-19.

²⁶ MORAES, 1965: 187-191.



CURTO, Diogo Ramada. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego”, in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, Bicentenário, Lisboa, Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, 15-49.

DAMASCENO, Darcy. “Frei José Mariano da Conceição Vellozo, naturalista e editor”, in VELLOZO, Frei José Mariano da Conceição. *Flora Fluminensis. Estudos preliminares*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro /Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável /Centro de Memória e Documentação, 1999, p. 19-33.

DIAS, Maria Odila Silva. “A interiorização da Metrópole (1808-1853)”, in MOTA, Carlos Guilherme, org. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 160-184.

DOMINGOS, Manuela D. “Mecenato político e economia da edição nas Oficinas do Arco do Cego”, in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, Bicentenário, Lisboa, Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 91-106.

FARIA, Miguel, F., “Da Facilitação e da Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego”, in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, Bicentenário, Lisboa, Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, 107-137.

FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra. Introdução à bibliologia brasileira. A imagem gravada*. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 1994.

FLORA FLUMINENSIS DE FREI JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELLOZO. DOCUMENTOS. Org. de Fr. Thomaz Borgmeier, O.F.M. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1961. Vol. 48.

GAMA, João de Saldanha da, dir. *Catalogo da exposição permanente dos cimelios da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1885.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. 2ª. ed., rev. e aum. Trad. de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira, rev. pelo autor. São Paulo: Edusp, 2005.

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes, “Um Breve Itinerário Editorial: Do Arco do Cego à Impressão Régia”, in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, 77-90.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brazil*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1908.

LIMA SOBRINHO, [Alexandre José] Barbosa, org. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL/MEC, 1977.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo (USP), 1969.

MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz ou prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras antigas ou modernas*. 2ª. ed., ver. e aum. São Paulo: Nacional, 1975.

MORAES, Rubens Borba de. “A Impressão Régia do Rio de Janeiro: origens e produção”, in CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia no Brasil*. 2v. S. Paulo: EdUSP ; Kosmos, 1993.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. S. Paulo: LTC ; SCCT-SP, 1979.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “Impressão Régia”, in VAINFAS, Ronaldo, org. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 365-366.



NUNES, Maria de Fátima,;BRIGOLA, João Carlos, “José Mariano da Conceição Veloso (1724-1811) – Um frade no Universo da Natureza”, in *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 51-75.

PASSOS, Alexandre. *A imprensa no período colonial*. Rio de Janeiro: MEC, 1952;

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI, um príncipe entre dois continentes*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2008

PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, Príncipe e Rei*. 4 v. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953, 1958.

RIBEIRO, José Silvestre. *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos Reinados da Monarchia*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1873, t. III.

RIZZINI, Carlos. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Nacional, 1968.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos, (Padre Perereca). *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: Edusp, 1981 [1825]

SENA, Ernesto. “A Impressão Régia”, in *Rascunhos e perfis*. Brasília: EdUnB, 1983, p. 491-508.

SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d’un homme d’État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1744-1812*. T. II: L’homme d’État, 1796-1812. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VARHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. 5ª. ed. Rev. e notas: Rodolfo Garcia. S. Paulo: Melhoramentos, 1956

VELLOZO, Frei José Mariano da Conceição. Prefácio do tomo 1, parte I de *O Fazendeiro do Brasil*. Lisboa: Régia Officina Typographica, 1798..

VELLOZO, Frei José Mariano da Conceição. *Flora Fluminensis. Estudos preliminares*. Rio de Janeiro: Centro de Memória e Documentação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/RJ, 1999.

VELLOZO, Frei José Mariano da Conceição. Prefácio a ARAGÃO, Francisco de Faria e. *Tratado Histórico e Fysico das Abelhas*. Lisboa. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

VELLOZO, Frei José Mariano da Conceição. Prefácio a *O Fazendeiro do Brasil. Cultivador*. [...]. Tomo II. Parte II, Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1800a

VERÍSSIMO (DE MATOS), José. “A instrução e a imprensa”, in *Livro do centenário (1500-1900)*, Secção IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.